

**A IDEOLOGIA DA ESCOLA NOVA E A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CRÍTICA À
“EDUCAÇÃO SOB MEDIDA” DE INEZIL PENNA MARINHO**

**THE NEW SCHOOL IDEOLOGY AND PHYSICAL EDUCATION IN BRAZIL: CRITICAL
TO "CUSTOM EDUCATION" BY INEZIL PENNA MARINHO**

**LA IDEOLOGÍA ESCUELA NUEVA Y LA EDUCACIÓN FÍSICA EN BRASIL: CRITICA A
"LA EDUCACIÓN PERSONALIZADA" PARA INEZIL PENNA MARINHO**

Ricardo Adriano de Andrade¹

Resumo: A presente pesquisa analisou o pensamento educacional de Inezil Penna Marinho e sua relação com a ideologia educacional no Brasil durante a década de 1940. Para tanto, objetivou-se demonstrar os limites das propostas de ensino da educação física de Marinho em face do debate educacional ocorrido no período. O itinerário de Marinho, professor de Educação Física, que atuou como técnico em educação no Ministério de Educação e Saúde Pública, durante a década de 1940, e sua profícua obra sobre a Educação, justificam a escolha de suas ideias educacionais como objeto deste estudo. É possível apontar que o pensamento educacional de Marinho aproximou-se das ideias educacionais do movimento da escola nova, uma expressão da ideologia da burguesia industrial no Brasil, cuja proposta tem por perspectiva a formação diferenciada entre classes dirigentes e dirigidas na sociedade de classes capitalista no Brasil.

Palavras-chave: História da Educação no Brasil. Burguesia Industrial. Escola Nova. Inezil Penna Marinho.

Abstract: This study aims to analyse the educational ideology of Inezil Penna Marinho and his relationship with the educational ideas in Brazil during the 1940s. Therefore, were followed the objective to demonstrate the limits of their teaching approach of physical education of Marinho related to educational debate occurred in that historical period. Marinho's journey life – a physical education teacher who worked as technical education in the Ministry of Education and Public Healthy, during the 1940s –, and his meaningful work on education, justify the choice of their educational ideas as object of this study. It is possible to point that Marinho's educational thought approaches both the New School educational ideas, an expression of the industrial bourgeoisie ideology in Brazil – an educational ideological trends prevailing in 1940s –, for which proposal have the perspective differentiated training between leaders and led in capitalist class society in Brazil.

Keyword: History of Education in Brazil. Industrial Bourgeoisie. New School Movement. Inezil Penna Marinho.

Resumen: Este estudio analizó el pensamiento educativo de Inezil Penna Marinho y su relación con la ideología educativa en Brasil durante la década de 1940. Por lo tanto, el objetivo fue demostrar los límites de las propuestas educativas de la educación física de Marinho frente el debate educativo dimos en el período. El itinerario Marinho, un profesor de educación física, que sirvió como la técnico de la educación en lo Ministerio de Educación y Salud Pública, durante la década de 1940, y su fructífera labor en la educación, justifican la elección de sus ideas educativas como el objeto de este estudio. Puede usarlo para señalar el pensamiento educativo de Marinho se acercó a las ideas educativas del movimiento de la escuela nueva, una expresión de la ideología burguesía industrial en Brasil, cuya propuesta es la perspectiva diferenciada de formación entre las clases dominantes y no dominantes de la sociedad de clases capitalista en Brasil.

Palabras-clave: Historia de la Educación en Brasil. Burguesía Industrial. Movimiento de la Escuela Nueva. Inezil Penna Marinho.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar o pensamento educacional de Inezil Penna Marinho e sua relação com as ideias educacionais e pedagógicas no Brasil durante a década de 1940. Nessa perspectiva, buscou-se compreender de que maneira se expressa o pensamento educacional do autor a respeito da educação física, diante das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas no Brasil durante esse período.

Sumariamente, Marinho, professor de educação física e advogado, nasceu no Rio de Janeiro, onde viveu grande parte da vida. Durante a década de 1940, atuou como técnico em educação na Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério de Educação e Saúde Pública (MES). Na década seguinte, exerceu a função de professor na Universidade do Brasil. Atuou também como advogado durante o governo de Juscelino Kubistcheck, aposentando-se em 1971. Faleceu no final da década de 1980.

A incipiente produção a respeito da relação entre as ideias educacionais do autor e a ideologia educacional do período histórico justifica a presente pesquisa. Para tanto, utilizou-se de fontes primárias (obras escritas e/ou publicadas durante a década de 1940, de autoria de Marinho, cuja temática está relacionada à educação e educação física) e bibliografia tanto de autores/as que tratam do contexto histórico brasileiro na forma de registro de acontecimentos como análises históricas.

Pode-se dizer que o “pensamento educacional” foi debatido nesse trabalho como uma parte constitutiva de uma ideologia de uma determinada classe. As ideias educacionais de Marinho alinhavam-se a uma determinada visão de mundo de uma determinada classe. Assim, não tratou-se “ideologia” como falsa consciência mas como um ponto de vista de classe possível dentre outros. Ou seja, o presente trabalho propõe oferecer uma possível interpretação de Marinho sobre a realidade educacional tratando suas ideias educacionais e propostas pedagógicas na medida em que expressam determinadas relações e interesses de classes.

Para fins do presente texto², optou-se por analisar, especificamente, os resultados correspondentes à relação entre a proposta educacional/pedagógica de Marinho e a ideologia educacional do movimento da escola nova no contexto histórico da década de 1940.

A “educação sob medida” de Marinho como expressão do projeto educacional da burguesia industrial no Brasil

Em certo sentido, há tantas espécies de educação, em determinada sociedade, quantos meios diversos nela existirem. É ela formada de castas? A educação varia de uma casta a outra; a dos “patrícios” não era a dos plebeus; a dos brâmanes não era a dos surdas. Da mesma forma, na Idade Média, que diferença de cultura entre o pajem, instruído em todos os segredos da cavalaria, e o vilão, que ia aprender na escola paróquia, quando aprendia, poucas noções de cálculo, canto e gramática! Ainda hoje não vemos que a educação varia com as classes sociais e com as regiões? A da cidade não é a do campo, a do burguês não é a do operário (DURKHEIM, 1965, p. 29).

A história da educação no Brasil, durante a década de 1940, foi marcada pela disputa entre as ideias da escola tradicional e da escola nova. Enquanto o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”

(1932) inaugurou a entrada do grupo dos renovadores na disputa pelo direcionamento social da produção do conhecimento e da formação de indivíduos por meio da escola pública, as chamadas Reformas Capanema institucionalizaram as ideias escolanovistas e suas correspondentes propostas pedagógicas. As reações dos educadores ligados à Igreja Católica, pela criação de instituições, organização de professores e interferência nas reformas educacionais, garantiu que determinados aspectos do processo de ensino estivessem também afinados com as ideias da escola tradicional.

O debate em questão foi expressão tanto do processo de industrialização como do processo de expansão do sistema de ensino brasileiro, os quais se engendraram durante o período histórico. A forma econômica denominada “modelo de substituições de importações”, que se tornou predominante durante o regime do Estado Novo (1937-1945), propiciou um relativo poder de decisão sobre as relações de produção no Brasil, diante das demais sociedades de classes capitalistas. Ampliando e desenvolvendo o parque industrial nacional, mas preservando as relações sociais de um capitalismo dependente, o modelo em questão fomentava o processo de expansão do ensino e, concomitantemente, necessitava de uma formação de indivíduos (mão de obra) apropriada a sua manutenção.

A resposta da burguesia industrial, classe dirigente nesse contexto histórico, foi promover uma expansão do sistema de ensino com uma formação direcionada especificamente para determinadas modalidades de ensino: uma destinada às classes dirigidas e outra destinada às classes dirigentes.

Essa aproximação da burguesia industrial ao Estado e aos processos de institucionalização da educação no Brasil era expressa tanto no artigo 129 da Constituição de 1937, assim como na primeira Lei Orgânica do Ensino das Reformas Capanema.

Nessa reforma educacional, o primeiro Decreto-lei, nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) legitima o artigo 129 da Constituição de 1937 – a própria legitimação constitucional, inversamente, argumenta que as demais modalidades de ensino são destinadas às classes favorecidas ou mais favorecidas.

A infância e a juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional *profissional destinado às classes menos favorecidas* é, em matéria de educação, o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 1937, grifo nosso).

Nesse sentido, tornava-se a educação, via forma escolar, obrigatória para todos, porém diferenciada pela oferta de modalidades de ensino direcionadas a formações específicas. Uma educação que formava, simultaneamente, classes dirigentes e dirigidas – em que a ideologia a ser seguida era das classes dirigentes. Tal perspectiva histórica estava ajustada coerentemente ao ideário do grupo dos

renovadores.

Essa finalidade social, que permeou o processo de expansão do sistema de ensino na sua forma escolar, necessitava de propostas pedagógicas que a viabilizassem de maneira correspondente: metodologias e práticas de ensino eficazes, ou seja, os meios necessários para isso.

O pensamento educacional de Marinho é produto dessas circunstâncias históricas que perpassaram o contexto brasileiro durante a década de 1940.

Durante os anos daquela década, a DEF do MES promoveu concursos para análises de propostas pedagógicas para o ensino de Educação Física que atendessem esses fins (BRASIL, 1944b). Depois de estudos, pesquisas e debates de diversos trabalhos, os técnicos de educação da DEF concluíram: o Método Francês de Educação Física institucionalizado durante a década anterior (BRASIL, 1932) não era o mais apropriado, sendo necessário desenvolver um método nacional de educação física, fundamentado nas bases científicas da educação: biológica, psicológica e sociológica (BRASIL, 1942).

E, no decorrer daquela década, Marinho, na função de técnico em educação do MES, dedicou grande parte de suas pesquisas fornecendo novas propostas educacionais e pedagógicas para o ensino da educação física.

Assim, Marinho ingressou no debate educacional do período e, apontando insuficiências nos aspectos psicológicos do Método Francês de Educação Física, advogou por um ensino que se baseasse de modo prioritário nas “capacidades naturais”, nas aptidões dos indivíduos.

Do mesmo modo que o ambiente influi na formação física também o faz, e com razão, no desenvolvimento mental (BRASIL, 1944a, p. 124).

[...]

Deve-se entender por meio, ou ambiente, o conjunto de fatores que influem sobre a criança depois que nasce, de modo normal ou eventual, tais como o processo de criação física, com predominância da alimentação; criação psíquica, intelectual e moral – educação – representada pelo ambiente familiar e escolar; os climas e as estações traduzindo o ambiente físico; os fatores mórbidos e o ambiente social e econômico (Ibidem, p. 123).

Nesta perspectiva, em contraposição ao Método Francês, a proposta para o ensino da educação física propiciada pelo Método Nacional de Educação Física necessitava estar relacionada às condições, meio e grupo social dos indivíduos (Ibidem, 1944a; MARINHO, 1946, 1947). A educação, educação física e a escola deveriam ser sob medida, conforme o meio social, “uma vez que é perder tempo forçar o indivíduo a desenvolver capacidades não possuídas” – já que “não seria desperdiçar tempo e dinheiro querer tirar à força carvão de um terreno que só tem ferro, ou cultivar trigo num solo próprio só pra uva?” (CLAPARÈDE, 1959, p. 147).

Desse modo, Marinho apontava que o “professor de educação física” nessa tendência educacional,

[...] impõe-se pela dose de conhecimento científico de que está dotado. A sua formação não é empírica, autodidática: ciências básicas a alicercearam;

[...]

O professor de educação física é um *condutor em todos os sentidos*: indica a cada indivíduo os exercícios de que carece, os desportos que melhor se coadunam com a sua constituição biotipológica: ele é um *ecletico*. Não luta contra o cronômetro ou a trena, mas a favor da natureza (BRASIL, 1944a, p. 57, grifos nosso).

Para o autor a sociedade é concebida, como um elemento externo ao indivíduo que constrange sua atividade e seu pensamento – os indivíduos fazem parte de uma família, as famílias, por sua vez, constituem grupos sociais que formam a sociedade. E, nesse sentido, a educação e educação física, fenômenos sociais, formam os indivíduos, conforme as necessidades daquela sociedade.

Contudo, a formação desses indivíduos deveria ser correspondente ao padrão de determinado grupo e meio social. A educação e educação física têm a perspectiva de ajustar os indivíduos, de acordo com o “padrão” de cada grupo e meio social. E o “padrão” de cada grupo e meio social é determinado pela sociedade.

Por isso, segundo Marinho (1942, p. 19), “quando tratamos de educação física, devemos frisar que não é possível aplicar os exercícios físicos indiferentemente a todos os indivíduos”. Dessa forma, um método ideal de educação física, devia “ter por principal escopo as condições sociais dos indivíduos, levando em conta principalmente aqueles que se encontram desajustados³” (Ibidem, p. 20).

E nesse sentido, cada modalidade de ensino, resultantes das reformas educacionais promovidas durante o contexto histórico da década de 1940, corresponde a determinada proposta pedagógica.

- a) no ensino pré-primário – orientação essencialmente recreativa; os exercícios artificiais⁴ (flexionamentos) só serão indicados a título de ginástica corretiva;
- b) no ensino primário – orientação recreativa e utilitária; os exercícios analíticos⁵ só serão empregados como ginástica corretiva ou no caso de falta de espaço; os jogos, a recreação em aparelhos, e os exercícios naturais são formas de trabalho mais indicadas;
- c) no ensino secundário – orientação utilitária e estética para os alunos do sexo feminino e orientação utilitária para os do sexo masculino; para os primeiros os exercícios naturais e as atividades rítmicas, certos jogos e o voleibol constituem as formas de trabalho mais indicadas; para os últimos os exercícios naturais, os desportos e certos jogos deverão constituir o quadro das atividades físicas;
- d) no ensino industrial – a orientação será nitidamente profissional; serão utilizados exercícios analíticos, de relaxamento, aplicações, desportos e jogos;
- e) no ensino comercial – orientação e formas de trabalho idênticas às preconizadas para o ensino secundário;
- f) no ensino normal – a orientação para o primeiro ciclo será estética e utilitária para os alunos do sexo feminino e utilitária para os do sexo masculino; a orientação para o segundo ciclo será profissional;
- g) no ensino superior – orientação atlético-desportiva, com práticas de caráter facultativo;
- h) no ensino emendativo [educação especial] – para os cegos [deficientes visuais] orientação corretiva, recreativa e utilitária, com o emprego de exercícios analíticos, aplicações, jogos e alguns desportos; para os surdos-mudos [deficientes auditivos, surdos e mudos], orientação essencialmente socializadora e utilitária (MARINHO, 2005, p. 58).

Ainda sobre tais propostas, o autor enfatiza que

A comunidade em que vivemos exige hoje que todos os seus membros trabalhem, desta ou daquela forma. É necessário que o indivíduo seja útil não apenas a si mesmo, mas, e principalmente, aos membros da sociedade em que vive. Esta é a razão pela qual o mais importante não é desenvolver a força no indivíduo, mas ensiná-lo a utilizar inteligentemente essa mesma força, obtendo o maior rendimento. Os exercícios analíticos poderão desenvolvê-la, mas jamais ensinarão a utilização inteligente dela. Tal só poderá ser alcançado pelas aplicações, pelos jogos, pelos desportos coletivos, isto é, pelos exercícios sintéticos. O exercício analítico, pela sua repetição, cria o automatismo, a inconsciência, concorrendo, por esta forma, para impedir a florescência da personalidade e trazendo, como consequência, a constituição de legiões de homens-feitos para obedecer. Os exercícios sintéticos, muito ao contrário, desenvolvem o

espírito de iniciativa, pelo imprevisto das situações que o indivíduo deverá resolver prontamente, possibilitando o desenvolvimento da personalidade integral e trabalhando para a formação de homens com vontade própria, conscientes de sua força e de seu valor, capazes de governar a si mesmos e aos outros. Os líderes, pelas qualidades que destes se exigem, nunca poderão ser obtidos com exercícios analíticos, mas unicamente com exercícios sintéticos (MARINHO, 1946, p. 17-18).

Assim, por um lado, para Marinho, uma diretriz de ensino *utilitária* da educação física para o ensino secundário estava baseada na promoção de “exercícios sintéticos”, pois esses estão intimamente associados ao “desenvolvimento da personalidade integral”, à constituição da subjetividade com vontade própria e espírito de iniciativa, que, por conseguinte, permitem aos estudantes alcançarem a capacidade de governar, contribuindo, assim, para a garantia das instituições sociais e da divisão sexual do trabalho daquele contexto histórico.

Por outro lado, adversativamente, a promoção de “exercícios analíticos” estava associada à edificação do automatismo, da inconsciência, e ao impedimento da “florescência da personalidade” dos estudantes, o que, por consequência, favorece a formação de “homens e mulheres feitos para obedecer”.

Ou seja, o método apropriado deveria fornecer os meios necessários que estivessem relacionados às condições, ao meio e grupo social dos indivíduos: a escola deveria ser “sob medida” conforme o “meio social”.

Essa defesa de Marinho estava associada intimamente às suas ideias educacionais. Fundamentadas principalmente em John Dewey, Émile Durkheim e Édouard Claparède, a concepção de ser humano, sociedade, educação e educação física do autor podem ser resumidas nas seguintes resoluções: a) as relações sociais da sociedade burguesa são *relações dadas, naturalizadas*; b) *educação física é educação*; c) a educação é um *meio* social que tem por perspectiva *ajustar* os indivíduos *aos interesses da burguesia na sociedade de classes* em que vivem.

Algumas conclusões

Na realidade, a diferença de talentos naturais em pessoas diferentes é muito menor do que pensamos; a grande diferença de habilidade que distingue entre si pessoas de diferentes profissões, quando chegam à maturidade, em muitos casos não é tanto a causa, mas antes o efeito da divisão do trabalho. A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação (SMITH, 1996, p. 75).

Percebe-se que o pensamento educacional de Marinho foi uma das expressões das ideias educacionais e pedagógicas da burguesia industrial no Brasil, durante a década de 1940. Afinadas com o ideário escolanovista, as propostas educacionais e pedagógicas para o ensino da educação física do autor tinham por horizonte, por um lado, o desenvolvimento motor integral (mais avançado nas suas bases biológica, psicológica e sociológica) do um ser humano burguês, classe dirigente, e por outro lado, o desenvolvimento motor especificamente determinado (avançado conforme a função *natural* dos indivíduos) do ser humano respectivo à classe dirigida.

Tais propostas pedagógicas, que apontavam o ensino de exercícios analíticos para modalidades de ensino voltadas as relações de produção não dirigidas e os exercícios sintéticos para modalidades de

ensino destinadas a posições de decisão na sociedade brasileira (MARINHO, 2005) são simétricas as necessidades de manutenção do antagonismo entre dirigentes e dirigidos promovido pelas reformas educacionais daquele contexto histórico. A proposta de Marinho, desse modo, reproduzia o *dualismo educacional* – esse era o interesse da classe dirigente nesse período (XAVIER, 1990).

Em certa medida, esse dualismo educacional foi uma perspectiva apontada na própria origem e desenvolvimento histórico do Método Francês de Educação Física – os pensadores que inspiraram os métodos de educação física na Europa manifestavam procedimentos distintos destinados para formações diferenciadas conforme as classes em questão (VIGARELLO, 2003; SOARES, 2012; GOELLNER, 1992). Vale dizer também que as ideias educacionais desses mesmos pensadores, especialmente Jean Jacques Rousseau e Johann Heinrich Pestalozzi⁶, serviram de inspiração tanto para Marinho como demais integrantes do grupo dos renovadores durante a década de 1940.

Desse modo, pode-se dizer que Marinho foi um dos primeiros autores a apresentar, mesmo que de modo sumário, as correspondentes relações entre meios e fins que orientam um determinado projeto educacional de educação física. A partir do estudo de autores vinculados ao movimento da escola nova, Marinho elaborou propostas pedagógicas de ensino da educação física – isso é, o autor produziu meios e práticas de ensino eficazes para as finalidades da burguesia industrial do período.

Assim sendo, quando o processo do desenvolvimento industrial no Brasil possibilitou tanto o fim do “idiotismo do ofício” como a necessidade do “desenvolvimento integral” do ser humano (MARX, 2009, p. 160), a burguesia industrial, proprietária dos meios de produção, estende, via ideias da escola nova, seu controle sobre a formação social dos indivíduos – os limites das propostas educacionais de Marinho são uma expressão dessas circunstâncias históricas.

Principais Referências

ANDRADE, Ricardo A. *O pensamento educacional de Inezil Penna Marinho: análise histórica dos escritos da década de 1940*. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia e História da Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000951017&opt=1>>. Acesso em: 6. Dez. 2015.

BRASIL. Constituição. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1765>>. Acesso em: 20. Abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº 21.324, de 27 de abril de 1932. *Aprova o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes)*. Rio de Janeiro, 21. Abril. 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21324-27-abril-1932-504763-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17. Jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento Nacional de Educação. Divisão de Educação Física. *Bases científicas da educação física* (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento Nacional de Educação. Divisão de Educação Física. Inquérito realizado pela Divisão de Educação Física. *O método nacional de educação física*. Rio de Janeiro: DEF, 1942. Disponível em: <<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4028796.pdf>>. Acesso em: 16. Ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento Nacional de Educação. Divisão de Educação

Física. Inquérito realizado pela Divisão de Educação Física. Setembro de 1944. *Inquérito sobre o método nacional de educação física realizado pela Divisão de Educação Física*: (contribuição ao método nacional de educação física). Setembro de 1944. Rio de Janeiro: Tipografia Baptista de Souza, 1944b.

CLAPARÈDE, Édouard. *A escola sob medida e estudos complementares sobre Claparède e sua doutrina, por Jean Piaget, Louis Meylan, Pierre Bovet*. Tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Tradução de Lourenço Filho. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *O método francês e a educação física no Brasil: da caserna a escola*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre, 1992. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1322>>. Acesso em: 6. Dez. 2014.

MARINHO, Inezil Penna. *Educação Física e Sociologia*. Rio de Janeiro: Tipo Batista de Souza, 1942.

MARINHO, Inezil Penna. *Fundamentos Bio-Psico-Sócio-Filosófico de um plano de educação física para o Instituto Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: DOU, 1947.

MARINHO, Inezil Penna. Lugar da Educação Física no Plano Educacional. GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Inezil Penna Marinho: coletânea de textos*. Porto Alegre: UFRGS: CBCE, 2005.

MARINHO, Inezil Penna. *Objetivos e características da educação física no ensino secundário*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*: Resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Paulo Henrique Riberio Sandroni. v. I. Nova Cultural: São Paulo, 1996.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. 5. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

SOËTARD, Michel. *Pestalozzi*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

VIGARELLO, Georges. A invenção da ginástica no século XIX: movimentos novos, corpos saudáveis. Tradução de Marie-Sophie T. R. Camarão e revisão técnica de Carmen Lúcia Soares. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 1, Set. 2003. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/170>>. Acesso em: 6. Dez. 2015.

XAVIER, Maria E. S. Prado. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papyrus, 1990.

Notas:

¹ Mestre em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. Atualmente, Professor de Educação Física do Ensino Fundamental I do município de Hortolândia/SP. E-mail: r.adrianoandrade@gmail.com

² Sobre a pesquisa completa, ver Andrade (2015). Cabe ressaltar que a pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período entre setembro/2012 e setembro/2014.

³ Em relação aos indivíduos “desajustados”, Marinho propunha que entre as formas desses desajustamentos era preciso considerar as seguintes: por “condição (miséria e pauperismo)”, de “espírito (alienação)”, de “sentidos (cegueira, surdez e mudez)”, de “saúde (alcoolismo, lepra, moléstias em geral ou vícios)”, econômica “(desemprego e greves)”, de “conduta (delinquência e crime)”, “política (revolução e guerra)” (MARINHO, 1942a, p. 20).

⁴ Conforme o “Regulamento Geral de Educação Física – Método Francês” (BRASIL, 1934), exercícios físicos naturais são atividades motoras que mimetizam o movimento humano desenvolvido historicamente. Saltar, correr, nadar e trepar são classificados como naturais. Já atividades que sistematizam a organização de procedimentos gestuais em função do aprimoramento de partes anatómicas específicas são classificadas como artificiais.

⁵ De maneira simplificada, os exercícios analíticos remetem aqueles que envolvem grandes grupamentos musculares com sua sistematização concentrada em determinado segmento corporal. Já os exercícios sintéticos também envolvem grandes massas musculares, porém, concentram sua sistematização no maior número de segmentos corporais possível – comumente, enfatizam os exercícios naturais e as atividades de caráter aeróbico.

⁶ De certa forma, Pestalozzi – sensível tanto aos processos do desenvolvimento social engendrados pelas Revoluções Industrial e Francesa nos fins do século XVIII e início do XIX, como também a ideologia da Economia Política predominante no período histórico –, já assinalava a necessidade do processo de ensino baseado nos “movimentos simples” para favorecer a aptidão ao trabalho (na forma assalariada). A respeito, ver Soëtard (1995) e Vigarello (2003).

Recebido em: 18/08/2016

Publicado em: 30/04/2017